



1º CONGRESSO BAIANO DE PROCESSO CIVIL

CERTIFICADO

Certificamos que

LUIZ RICARDO CAETANO DA SILVA

participou do I Congresso Baiano de Processo Civil, realizado pela Faculdade Ruy
Barbosa de Administração e Direito, no dia 30 de maio de 2005, em Salvador - BA,
com carga horária de 8 horas/aula.

Salvador, 30 de maio de 2005.

Prof. Raimundo Luiz de Andrade

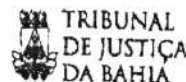
COORDENADOR-GERAL DO CURSO DE DIREITO DA
FACULDADE RUY BARBOSA

Prof. Antônio de Pádua Carneiro

DIRETOR-GERAL DA FACULDADE RUY BARBOSA



16 ANOS



CERTIFICADO

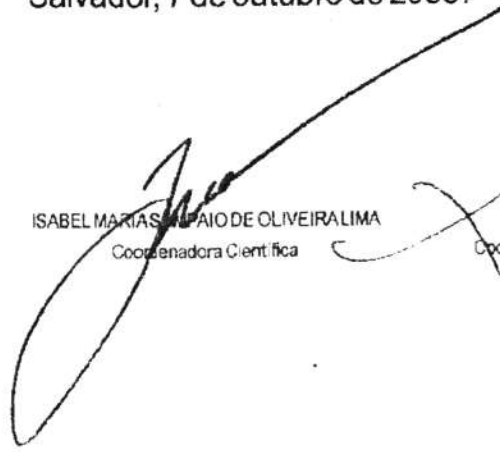
Dire,

Certificamos que

LUIZ RICARDO CAETANO DA SILVA

participou do Seminário Integrado de Direitos Humanos, no Espaço Cultural da UCSAL, Campus Federação, no período de 5 a 7 de outubro de 2005, promovido pelo Diretório Direitos Humanos, Direitos à Saúde e Família, pela Faculdade de Direito da UCSAL e pela 2ª Vara da Infância e da Juventude, com carga horária de 12 (doze) horas/aula.

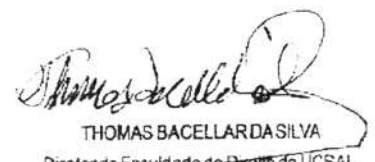
Salvador, 7 de outubro de 2005.



ISABEL MARIAS PAIO DE OLIVEIRA LIMA
Coordenadora Científica

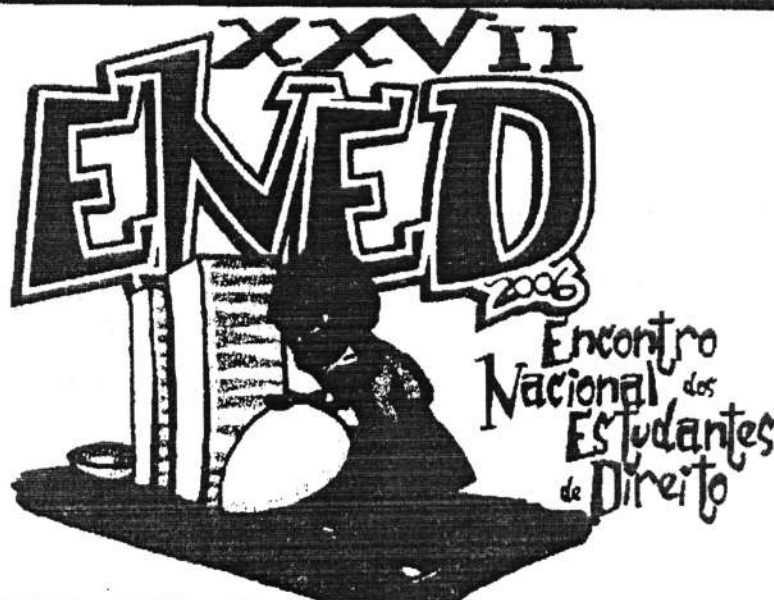


NELSON SANTANADO MARAL
Coordenador de Atividades Interdisciplinares



THOMAS BACELLAR DA SILVA
Diretor da Faculdade de Direito da UCSAL

CERTIFICADO



O Direito numa perspectiva transformadora da realidade

Certifico que

Aluiz Ricardo Lactano da Silva,
da UCSAL/BA participou
do XXVII Encontro Nacional de Estudantes de Direito, realizado na cidade
de Campinas, entre os dias 10 e 15 de julho de 2006, totalizando 40
horas de atividade.

Campinas, 15 de julho de 2006.


Comissão Organizadora

Realização:



Organização:



**C.A. XVI de Abril
Direito Puccamp**
Gestão "Lutar quando é fácil ceder"

Apoio:



UNICAMP

**PUC
CAMPINAS**



DORANA FONTE REAL
FORMADORES
www.doranafontereal.com.br
Fone: (11) 3648-xxxx

PROGRAMAÇÃO CIENTÍFICA

Coord. Científica: Profª. Rita Simões Bonelli.



DIA 16.05.2007 QUARTA-FEIRA

PRESIDENTE DA MESA: CARLOS MARTEO GUANAES

PALESTRA DE ABERTURA:

A Publicidade e a Criança: Aspectos Consumeristas - *Patrícia Godoy Najar*

PANEL I:

Crianças e Adolescentes Como Sujeitos de Direitos - *Samuel Vida*

PANEL II:

A Fundamentação da Decisão Judicial Sobre a Guarda - *André Bonelli*

PANEL III:

Direito à Convivência Familiar e Comunitária - *Isabel Marie Sampaio Oliveira Lima*

DIA 17.05.2007 QUINTA-FEIRA

PRESIDENTE DA MESA: THOMAS BACELLAR

PANEL I:

A Responsabilidade Civil por Abandono Afetivo de Filho - *Cristiano Chaves de Farias*

PANEL II:

Adoção Internacional - *Graça Belor*

PANEL III:

Redução da Maioridade Penal - *Bernardo Montalvão*

DEBATE

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Seminário Interdisciplinar

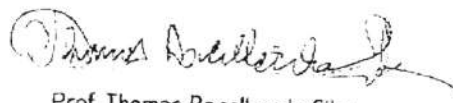
CRIANÇA E ADOLESCENTE

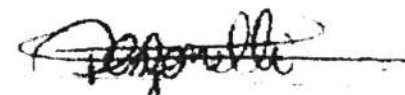
UM PROBLEMA DO FUTURO?

CERTIFICADO

Certificamos que Luiz Ricardo Castanho Silva participou, na condição de Seminarista, do Seminário Interdisciplinar - Criança e Adolescente: Um Problema do Futuro? -, realizado nos dias 16 e 17 de maio de 2007, na Universidade Católica do Salvador, Campus Federação, com carga horária de 8 horas, conforme programação científica.

Salvador, 18 de maio de 2007


Prof. Thomas Bacellar da Silva
Diretor da Faculdade de Direito da UCSAL


Profª. Rita Simões Bonelli
Coordenadora Científica



OS PRINCÍPIOS E SUAS IMPLICAÇÕES NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

CERTIFICADO

Certificamos que LUIZ RICARDO CAETANO SILVA participou do Seminário: "OS PRINCÍPIOS E SUAS IMPLICAÇÕES NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO", da Universidade Católica do Salvador, realizado nos dias 18, 19 e 20 de abril de 2007, na quadra de esportes do *Campus* Federação, perfazendo um total de 10 horas/aula, conforme programação constante do verso deste certificado.

Salvador, 23 de abril de 2007.

Prof. Thomas Bacellar da Silva
Diretor da Faculdade de Direito – UCSal

Apoio:



Prof. Rita Simões Bonelli
Coordenadora Científica – UCSal



**Universidade Católica do Salvador
Faculdade de Direito**



Certificado

Certificamos que **LUIZ RICARDO CAETANO DA SILVA** participou do **Júri Simulado 2006.2**, da Faculdade de Direito da Universidade Católica do Salvador, realizado no dia 02 de dezembro de 2006, no **salão principal do Fórum Ruy Barbosa**, perfazendo um total de 07 (sete) horas-aula.

Salvador, 02 de dezembro de 2006.

Prof. Thomas Bacellar da Silva
Diretor da Faculdade de Direito

Prof. José Gomes Brito
Orientador

Helena A. Machado Mendonça
Secretária da Faculdade de Direito



CERTIFICADO

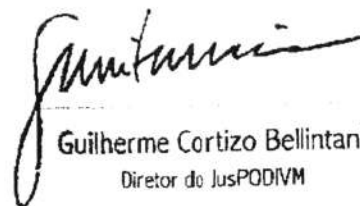
LUIZ RICARDO C. DA SILVA

participou do SEMINÁRIO SOBRE QUESTÕES POLÊMICAS DE DIREITO CIVIL, PENAL E PROCESSUAL PENAL, realizado pelo JusPODIVM, no dia 09 de outubro de 2006 na UCSal - Universidade Católica do Salvador, com carga horária de 4h (quatro horas).

Salvador, 09 de outubro de 2006



Rua Rodrigues Dória, 163 - Jardim América
Salvador - Bahia - CEP: 41750-030
Tel: (71) 3372.2009 - Fax (71) 3372.2029
www.juspodivm.com.br


Guilherme Cortizo Bellintani
Diretor do JusPODIVM

CERTIFICADO

Certifico para os devidos fins que LUÍZ RICARDO C. DA SILVA,
participou do Seminário de Execução Penal no(s) dia(s) 04 11, com
carga horária de 04 horas.


Milton Jordão


Isabela Fadul
Coordenadora de Pesquisa e Extensão



Estudar na ESAD valoriza seu currículo

Certificado

Certifico que **LUIZ RICARDO CAETANO DA SILVA** frequentou o curso sobre **ADVOCACIA TRABALHISTA PASSO A PASSO**, coordenado pelo Professor **Wadih Habib** e realizado pela **Escola Superior de Advocacia Orlando Gomes**, no período 02/06 a 14/07/2009, com a carga horária de 30 horas/aula.

Salvador, 14 de julho de 2009.

Behrmann Rátis
Carlos Rátis
Diretor da ESAD

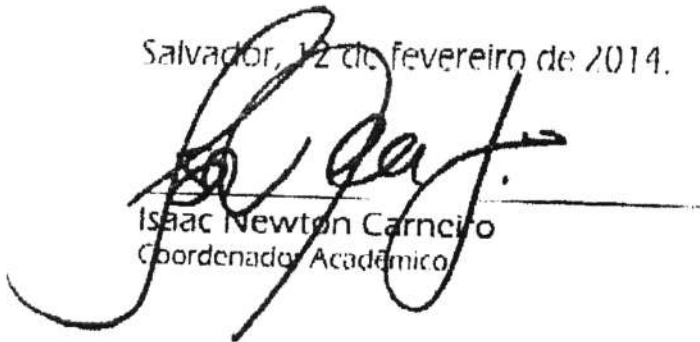


CURSO DE APERFEIÇOAMENTO EM DIREITO PÚBLICO E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

CERTIFICADO

Certificamos que o Sr(a). LUIZ RICARDO CAETANO DA SILVA participou do CURSO DE APERFEIÇOAMENTO EM DIREITO PÚBLICO E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, com carga horária de 288 (duzentos e oitenta e oito) horas/aula, no período de 22 de março a 14 de dezembro de 2013, obtendo o percentual de 62,0% de frequência. O mencionado curso foi promovido pela Fundação Faculdade de Direito da Bahia.

Salvador, 12 de fevereiro de 2014.


Isaac Newton Carneiro
Coordenador Acadêmico



Certificado de Conclusão

Certificamos que

Luiz Ricardo Caetano Da Silva

CPF: 018.177.675-85

concluiu o curso de aperfeiçoamento

Curso Básico De Direto Administrativo Para Concursos

Professor: Carlos Nascimento

Com início em 24/01/2013 e término em 26/01/2013

Com duração de 10 horas

Código de validação: 495058.145887.150



ABED

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

www.learncafe.com

José de Menezes Soares

José de Menezes Soares
Sócio-diretor

Certificado



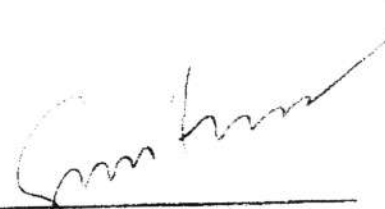
Certificamos que

Joel Caetano da Silva Neto

brasileiro, nascido em Saúde – Bahia, no dia 24 de agosto de 1982, filho de Joel Caetano da Silva Filho e Maria Nazareth da Silva, concluiu o **Curso de Pós Graduação Lato Sensu em Direito e Processo do Trabalho** promovido pelo Instituto Excelência Ltda (PODIVM), totalizando carga horária de 360 horas, realizado no período de Maio de 2008 a Agosto de 2009, nos termos da Resolução n.01 de 8 de junho de 2007, do CNE.

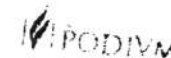
Salvador, 15 de outubro de 2009

Concluinte - RG n. 08062824-95 SSP/BA


Guilherme Cortizo Bellintani
Diretor


Francisco Leal Sales Neto
Diretor


Rodolfo Pamplona Filho
Coordenador Científico



HISTÓRICO ESCOLAR

Nome: **Joel Caetano da Silva Neto**

Nível: **Pós Graduação Lato Sensu**

Portaria de credenciamento do Instituto Excelência Ltda: nº. 967, de 10 de outubro de 2007 (DOU nº 198 de 15/OUT/2007, seção 1, p. 25)

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	NOTA	PROFESSOR	TITULAÇÃO
1. Módulo I – Direito do Trabalho: Conceito, características, natureza. Tendências atuais do Direito do trabalho. Exatidão. Desregulamentação. – Princípios e fontes – Hermenêutica – Relação de trabalho e de emprego – Contrato de emprego: conceito, modalidades e efeitos – Empregado. Empregador. Trabalhador rural. Trabalhador temporário – Responsabilidade Civil nas relações de trabalho – Trabalho infantil – Duração do trabalho. Repouso – Remuneração e salário. Gorjetas, adicionais, gratificação, comissões. 13º Salário – Alteração do contrato de trabalho. Interrupção e suspensão do contrato – Cessação do contrato de emprego. Obrigações decorrentes da cessação do contrato de emprego – Soluções de conflitos individuais e coletivos. Anúncio e transação no Direito do Trabalho – Comissões de conciliação prévia – Meio Ambiente do Trabalho. Discriminação do trabalhador – Trabalho escravo – Dano Moral – Direito Coletivo do Trabalho – Entidades sindicais – Negociação coletiva – Greve no Direito brasileiro – Mediação e arbitragem do direito do trabalho – Direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos na esfera trabalhista.	180	10,0	Rodolfo Pamplona Filho Manoel Jorge e Silva Neto Carlos Henrique Bezerra Leite Renato Saraiva Valton Pessoa Antônio Loureiro Otávio Calvet Luciano Martinez Rancid Amorim e Souza João de Lima Teixeira Filho Ricardo Maurício Otávio Augusto Reis de Sousa Débora Tito Farias	Doutor Doutor Doutor Mestre Mestre Mestre Mestre Mestre Mestre Especialista Doutor Doutor Mestre
2. Módulo II – Direito Processual do Trabalho: Princípios. Fontes. Interpretação – Organização da Justiça do Trabalho – Competência – Ministério Público do Trabalho – Acesso à Justiça do Trabalho. Partes, procuradores, representação, assistência, substituição processual e litisconsórcio – Dissídio individual e dissídio coletivo – Atos, prazos e prazos processuais. Vícios do ato processual – Audiência. Comparecimento das partes e arquivamento. Conciliação. Revelia. Resposta do reclamado. Defesa direta e indireta. Exceções. Contestação. Compensação. Reconvenção – Provas no Processo do Trabalho – Contratos e Regulamentações Especiais de Trabalho – Sentença nos dissídios individuais – Tutela antecipatória de mérito e tutelas cautelares no Direito Processual do Trabalho – Sistema recursal trabalhista – Recursos em espécie. Recurso de Revista – Execução trabalhista. Penhora On line – Embargos à Execução – Procedimentos Especiais na Justiça do Trabalho – Ações civis admissíveis no processo trabalhista – Repercussões das Reformas do Código de Processo Civil e o Processo do Trabalho – Súmulas da jurisprudência uniformizada do Tribunal Superior do Trabalho sobre Direito Processual do Trabalho.	150	7,0	Rodolfo Pamplona Filho Renato Saraiva Sérgio Torres Teixeira Otávio Augusto Reis de Sousa João Alves Neto Edilton Meireles Débora Tito Ana Paula Diniz Luciano Martinez Sinésio Cyrino José Augusto Rodrigues Pinto	Doutor Mestre Doutor Doutor Mestre Doutor Mestre Mestre Mestre Especialista Especialista
3. METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA	30	10,0	Guilherme Cortizo Bellintani	Mestre
	360			

Frequência: **79%**

Trabalho de Conclusão de Curso: **Evolução histórica do Direito do Trabalho**

Nota/Conceito obtido no TCC: **7,0**

Instituto Excelência Ltda
PODIVM
Diploma ou Certificado Registrado à

Folha nº 64 Sob o nº 537 do Livro nº 62
 Salvador, 03 de maio de 2009



UNIVERSIDADE ANHANGUERA – UNIDERP

DECLARAÇÃO

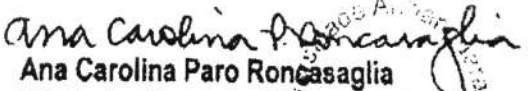
Declaramos para os devidos fins que JOEL CAETANO DA SILVA NETO, CPF: 00991851560 está devidamente matriculado no curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*, Especialização em Direito Administrativo, oferecido pela Anhanguera-UNIDERP.

A duração do referido curso é de 14 (Quatorze) meses, com início em **Fevereiro de 2014** e término em **Abril de 2015**, com um total de 420 (quatrocentos e vinte horas). Somente concluirá o curso o pós-graduando que tiver obtido nota igual ou superior a "7,0" (sete) em cada uma das disciplinas, bem como aprovado no trabalho de conclusão de curso. As avaliações presenciais serão realizadas nos dias e horários previstos para as aulas.

Ressaltamos que o pós-graduando, no período de **10 de Novembro de 2014 a 11 de Abril de 2015**, deverá elaborar o trabalho de Conclusão de curso com a supervisão de um professor – orientador, tendo até dia **29 de Maio de 2015** para agendamento da defesa oral.

Declaramos ainda, que o Curso obedece ao disposto na Resolução CNE/CES nº 01/2007 e que a Instituição de Ensino Superior está devidamente credenciada no Ministério da Educação – MEC, por meio da Portaria nº 4.069/05.

Campo Grande (MS), 05 de Dezembro de 2014.


Ana Carolina Paro Roncasaglia
Secretária Acadêmica Adjunta dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu EAD



UNIVERSIDADE ANHANGUERA – UNIDERP

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que **JOEL CAETANO DA SILVA NETO, CPF: 00991851560**, concluiu o curso de **Pós-Graduação Lato Sensu, Especialização em Direito Público**, oferecido pela Universidade Anhanguera-UNIDERP.

O curso obedece ao disposto na Resolução CNE/CES nº 01/2007, Lei nº 9.394/96 e a Instituição de Ensino Superior está devidamente credenciada no Ministério da Educação – MEC, por meio da Portaria nº 4.069/05.

O aluno cursou as seguintes disciplinas com aprovação:

Disciplinas	Média Final	Frequência
Metodologia da Pesquisa	10.00	100%
Direito Administrativo	9.50	100%
Fazenda Pública em Juízo	8.50	100%
Direito Tributário	10.00	100%
Direito Constitucional	7.00	100%
Direito Constitucional Aplicado	9.50	100%
Direito Administrativo Aplicado	9.50	100%

A duração do referido curso é de 15 (Quinze), meses com início em Fevereiro de 2013 e término em Maio de 2014, perfazendo um total de 420 (quatrocentos e vinte) horas.

Ressaltamos ainda que o aluno apresentou seu trabalho de Conclusão do Curso no dia 18 de Junho de 2014, intitulado: **"DANOS AMBIENTAIS, ATUAÇÃO EFETIVA DA LEI NAS FORMAS DE REPARAÇÃO COM FOCO NA RESPONSABILIDADE CIVIL"**, obtendo média 9.0 (Nove), sendo considerado **APROVADO**.

Campo Grande (MS), 05 de Dezembro de 2014.

Ana Carolina Paro Roncasaglia
Ana Carolina Paro Roncasaglia
Secretária Acadêmica Adjunta dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu EAD

Certificado de Conclusão

Certificamos que

Luiz Ricardo Caetano Da Silva

CPF: 018.177.675-85

concluiu o curso de aperfeiçoamento

Gestão Pública E Política: Gestão Municipal De Recursos Humanos

Professor: Ito Jorge De Souza Pereira

Com início em 16/01/2013 e término em 26/01/2013

Com duração de 50 horas

Código de validação: 494977.145887.5045



ABED

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

www.learncafe.com

José de Menezes Soares
José de Menezes Soares
Sócio-diretor

A

PREFEITURA MUNICIPAL

Capela do Alto Alegre – BA

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO E COMPROMISSO

Eu, **Tiago Bezerra Botelho**, representante legal da empresa **AJDV Engenharia S.A**, inscrito no CNPJ sob o nº **13.025.251/0001-72**, declaro para os devidos fins que concordo com o aditivo de prazo ao Contrato nº 085/2021, com o intuito de atender ao objeto proposto, garantido os trâmites legais até a execução do contrato e prestação de contas aos órgãos competentes.

Capela do Alto Alegre – BA, 26 de Dezembro de 2024.

TIAGO BEZERRA
BOTELHO:03086109548

Assinado de forma digital por
TIAGO BEZERRA
BOTELHO:03086109548
Dados: 2024.12.20 16:57:27 -03'00'

AJDV Engenharia S.A
CNPJ nº 13.025.251/0001-72



CAETANO E CAETANO
ADVOGADOS ASSOCIADOS

JUSTIFICATIVA DE PREÇOS

☎ 75 30241800
● Av. João Durval Carneiro, 3666
Sala 315, Multiplace,
Feira de Santana - BA
CEP. 44.061-900

TABELA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS



VALOR URH:	R\$ 256,26	JANEIRO/2025
------------	------------	--------------

INDICATIVO		VALORES	URH	PERCENTUAL
1. ATIVIDADES AVULSAS OU EXTRAJUDICIAIS				
1.1	Consulta	R\$ 512,53	2	
1.1.1	Consulta em condições excepcionais	R\$ 1.281,32	5	
1.2	Hora intelectual	R\$ 512,53	2	
1.3	Acompanhamento ou exame de documentos em órgão público	R\$ 1.025,05	4	
1.4	Acompanhamento de citação e intimação de medidas em tutela provisória ou cautelar	R\$ 1.409,45	5,5	
1.4.1	Acompanhamento de citação, notificação, intimação, interpelação e exames periciais	R\$ 768,79	3	
1.5	Acompanhamento de depoimento pessoal ou inquirição de testemunhas (por ato)	R\$ 2.050,11	8	
1.6	Cobrança amigável (Art.395 do CC/2002)	R\$ 1.793,84	7	10%
1.7	Consignação em pagamento na via extrajudicial	R\$ 3.075,16	12	10%
1.8	Exame e visto em instrumento de constituição de pessoa jurídica	R\$ 3.075,16	12	
1.9	Elaboração ou revisão de convenção de condomínio	R\$ 7.431,63	29	15% Sobre o valor da mensalidade de cada unidade
1.9.1	Elaboração ou revisão de regimento interno	R\$ 3.843,95	15	
1.10	Elaboração de notificação extrajudicial	R\$ 1.793,84	7	
1.11	Elaboração de minutas ou revisão de instrumento de constituição, de extinção, ou alteração do estatuto de sociedades anônimas	R\$ 12.813,16	50	2%
1.11.1	Elaboração de minutas ou revisão de contrato, de distrato, ou a alteração destes instrumentos nas sociedades por cotas de responsabilidades e dos demais tipos societários	R\$ 5.125,27	20	2%
1.11.2	Elaboração de minutas ou revisão do instrumento de constituição, extinção, ou de alteração do estatuto de sociedades e associações civis	R\$ 4.356,48	17	2%
1.11.3	Assessoria e elaboração de minutas de testamento	R\$ 5.125,27	20	2%
1.12	Parecer	R\$ 2.562,63	10	
1.12.1	Memorial para distribuição a magistrados	R\$ 2.562,63	10	
1.13	Participação e assessoria em assembleia, ou na confecção ou revisão de atas de qualquer natureza	R\$ 1.793,84	7	
1.14	Requerimento ou petições	R\$ 1.793,84	7	
1.15	Alteração ou retificação de nome no Registro Civil de Pessoas Naturais	R\$ 2.562,63	10	
1.16	Assessoria e acompanhamento de pacto antenupcial	R\$ 3.331,42	13	
1.17	Assessoria no procedimento de protesto de títulos e outros documentos	R\$ 1.281,32	5	
1.18	Acompanhamento de atos de registro no cartório de registro de imóveis e outros requerimentos não especificados nesta tabela (por ato)	R\$ 2.562,63	10	
1.19	Acompanhamento de averbações no cartório de registro de imóveis (por ato)	R\$ 1.793,84	7	
1.20	Assessoria e acompanhamento em procedimentos de incorporação imobiliária	R\$ 16.657,11	65	
1.21	Assessoria e acompanhamento em procedimentos de constituição de loteamento	R\$ 14.863,27	58	
1.22	Assessoria e acompanhamento em procedimentos de construção em "regime de condomínio"	R\$ 14.094,48	55	
1.23	Adjuciação Compulsória Extrajudicial	R\$ 2.562,63	10	
1.24	Usucapião extrajudicial	R\$ 3.331,42	13	
1.25	Consultoria no cumprimento de exigências cartorárias (por ato)	R\$ 1.793,84	7	

TABELA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS



VALOR URH:	R\$ 256,26	JANEIRO/2025
------------	------------	--------------

	INDICATIVO	VALORES	URH	PERCENTUAL
1.26	Formulação e/ou acompanhamento da suscitação de dúvida por oficial, notário ou registrador	R\$ 4.100,21	16	
1.27	Reconhecimento e/ou dissolução de União Estável Extrajudicial, Divórcio	R\$ 3.331,42	13	10%

2. MATÉRIA ADMINISTRATIVA

2.1	Acompanhamento de processo administrativo - acompanhamento/defesa	R\$ 7.175,37	28	10%
2.2	Recurso - fase administrativa	R\$ 3.587,69	14	20%
2.3	Ação ou defesa - fase judicial	R\$ 7.687,90	30	20%
2.4	Recurso - fase judicial	R\$ 3.843,95	15	10%
2.5	Assessoria e acompanhamento em licitação pública e outros procedimentos de contratação	R\$ 5.894,05	23	
2.6	Recurso administrativo em licitação pública	R\$ 4.100,21	16	

3. ATIVIDADES EM JUIZADOS ESPECIAIS: ESTADUAL E FEDERAL

3.1	Acompanhamento de processo perante os Juizados	R\$ 2.562,63	10	20%
3.2	Atuação em segunda instância	R\$ 1.281,32	5	10%
3.3	Sustentação Oral perante Turmas Recursais	R\$ 1.793,84	7	

4. ATIVIDADES EM MATÉRIA CÍVEL

4.1	Procedimento ordinário: proposição ou defesa	R\$ 7.687,90	30	20%
4.2	Procedimento sumário: proposição ou defesa	R\$ 5.125,27	20	20%
4.3	Cumprimento de sentença	R\$ 5.125,27	20	20%
4.4	Impugnação ao cumprimento de sentença	R\$ 5.125,27	20	20%
4.5	Execução de título extrajudicial	R\$ 3.843,95	15	20%
4.6	Impugnação/Embargos à execução de título extrajudicial	R\$ 5.125,27	20	20%
4.7	Impugnação/Embargos à penhora, à arrematação, à adjudicação, ao leilão, de títulos judiciais e extrajudiciais	R\$ 3.843,95	15	20%
4.8	Processo cautelar: incidental ou preparatório	R\$ 3.843,95	15	10%
4.8.1	Ajuizamento de pedido de tutela antecipada antecedente	R\$ 3.331,42	13	

Procedimentos Especiais

4.9	Consignação em Pagamento	R\$ 5.125,27	20	20%
4.10	Depósito	R\$ 5.125,27	20	10%
4.11	Anulação e Substituição de Título ao Portador	R\$ 5.125,27	20	10%
4.12	Prestação de Contas	R\$ 5.125,27	20	10%

Ações Possessórias

4.13	Móvel	R\$ 5.125,27	20	20%
4.14	Imóvel: Interdito Proibitório – Manutenção – Reintegração	R\$ 7.687,90	30	20%
4.15	Nunciação de Obra Nova	R\$ 5.125,27	20	10%
4.16	Usucapião	R\$ 8.969,21	35	20%
4.17	Divisão e Demarcação	R\$ 6.406,58	25	10%
4.18	Embargos de Terceiro	R\$ 5.125,27	20	10%
4.19	Habilitação	R\$ 3.843,95	15	10%
4.20	Restauração de autos	R\$ 5.125,27	20	10%
4.21	Busca e Apreensão	R\$ 6.406,58	25	10%
4.22	Da Ação Monitória	R\$ 5.125,27	20	10%
4.23	Desapropriação direta	R\$ 7.687,90	30	10%
4.24	Desapropriação indireta	R\$ 7.687,90	30	20%

Jurisdição Voluntária

4.25	Inominada	R\$ 5.125,27	20	10%
4.26	Ação de retificação de registro público	R\$ 5.125,27	20	
4.27	Alvará Judicial	R\$ 3.587,69	14	20%
4.28	Ação de constituição, extinção de usufruto ou fideicomisso			10%
4.29	Mandado de Segurança	R\$ 10.250,53	40	20%
4.30	Ação de despejo	R\$ 5.125,27	20	20%

TABELA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS



VALOR URH:	R\$ 256,26	JANEIRO/2025
------------	------------	--------------

	INDICATIVO	VALORES	URH	PERCENTUAL
4.31	Ação renovatória de locação	R\$ 6.406,58	25	20%
4.32	Ação de revisão e/ou arbitramento de aluguel	R\$ 6.406,58	25	20%
4.33	Ação de Consignação de aluguel	R\$ 3.843,95	15	20%
4.34	Atos/acompanhamento despejo/reintegração	R\$ 2.562,63	10	
4.35	Ação de dissolução de sociedade	R\$ 10.250,53	40	20%
4.36	Ação de cancelamento de protesto	R\$ 6.406,58	25	20%
4.37	Mandado de Injunção	R\$ 10.250,53	40	
4.38	Habeas data	R\$ 6.406,58	25	
4.39	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica	R\$ 2.562,63	10	5%
4.40	Acompanhamento de processo em prol de amicus curiae	R\$ 5.894,05	23	

5. ATIVIDADES EM MATÉRIA DE INSOLVÊNCIA, FALÊNCIAS E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS

5.1	Pedido de falência e acompanhamento até a decretação	R\$ 7.687,90	30	20%
5.2	Ação de Restituição e Ação Reivindicatória, até a decisão final	R\$ 7.687,90	30	20%
5.3	Pedido de Recuperação de Empresa	R\$ 12.813,16	50	20%
5.4	Pedido de declaração de Insolvência	R\$ 6.406,58	25	20%
5.5	Habilitação Tempestiva ou Retardatária e Divergência de Crédito	R\$ 6.406,58	25	20%
5.6	Representação do Falido (sobre o montante do passivo)	R\$ 12.813,16	50	20%
5.7	Representação do Devedor Insolvente (sobre o montante do passivo)	R\$ 12.813,16	50	20%
5.8	Representação do Administrador Judicial na Falência ou na Recuperação Judicial	R\$ 15.375,80	60	10%

6. ATIVIDADES EM MATÉRIA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

Direito de Família

6.1	Divórcio Judicial			
6.1.1	Consensual	R\$ 6.406,58	25	
6.1.2	Cumulado com alimentos e/ou bens, mais o percentual	7687,8975	30	6%
6.1.3	Litigioso	R\$ 10.250,53	40	
6.1.4	Cumulado com alimentos e/ou bens, mais o percentual	12813,1625	50	10%
6.2	Reconvenção em Divórcio	R\$ 10.250,53	40	8%
6.3	Ação anulatória de separação judicial, divórcio e/ou rescisória (mais o percentual sobre o patrimônio)	12813,1625	50	8%
6.4	Divórcio Extrajudicial em Cartório (mais o percentual sobre alimentos, patrimônio e/ou quinhão)	R\$ 5.125,27	20	6%
6.5	Dissolução de união estável			
6.5.1	Consensual	R\$ 6.406,58	25	
6.5.2	Cumulada com alimentos e/ou bens, mais o percentual	7687,8975	30	6%
6.5.3	Litigiosa	R\$ 10.250,53	40	
6.5.4	Cumulada com alimentos e/ou bens, mais o percentual	10250,53	40	10%
6.6	Investigação de paternidade cumulada			
6.6.1	Com petição de herança, mais o percentual sobre o quinhão	12813,1625	50	10%
6.6.2	Com petição de alimentos, mais o percentual sobre o valor da causa	R\$ 17.938,43	70	10%
6.7	Ação Negatória de Paternidade	21782,37625	85	
6.8	Ação Rescisória de Paternidade	R\$ 21.782,38	85	
6.9	Ação de nulidade ou anulação de casamento	21782,37625	85	

TABELA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS



VALOR URH:	R\$ 256,26	JANEIRO/2025
------------	------------	--------------

INDICATIVO		VALORES		URH	PERCENTUAL
Ação de Alimentos: Provisórios – Provisionais (Majoração – Redução – Exoneração)					
6.10	Proposição e/ou contestação	R\$	3.843,95	15	Valor de 03 (três) pensões
6.11	Execução de Alimentos: pena de prisão/penhora	R\$	3.843,95	15	
6.12	Proposição e/ou contestação				Valor de 03 (três) pensões
6.13	Curatela	R\$	15.375,80	60	
6.14	Tutela	R\$	15.375,80	60	
6.15	Emancipação	R\$	6.406,58	25	
6.16	Suprimento de Outorga	R\$	8.969,21	35	
Adoção					
6.17	Por nacional	R\$	12.813,16	50	
6.18	Por Estrangeiro	R\$	24.345,01	95	
6.19	Ações cautelares – Direito de Família				20%
6.19.1	Arrolamento de bens	R\$	8.969,21	35	
6.19.2	Busca e Apreensão de crianças e adolescentes ou bens	R\$	8.969,21	35	
6.19.3	Guarda Provisória	R\$	8.969,21	35	
6.19.4	Regulamentação de Visitas	R\$	8.969,21	35	
6.19.5	Separação de Corpos	R\$	8.969,21	35	
6.19.6	Sequestro de Bens	R\$	11.531,85	45	
6.20	Ação ordinária de regulamentação de visitas	R\$	11.531,85	45	
6.21	Ação ordinária de busca e apreensão de crianças e adolescentes	R\$	11.531,85	45	
6.22	Ação de Interdição ou Levantamento	R\$	12.813,16	50	
6.23	Ação de alteração de guarda	R\$	8.969,21	35	
6.24	Habeas Corpus (prisão civil)	R\$	24.345,01	95	
6.25	Desconsideração da personalidade jurídica	R\$	15.375,80	60	20%
Direito Sucessório					
6.26	Inventário, Arrolamento e Sobrepartilha Judicial				
6.26.1	Sem litígio: 8% sobre o monte-mor ou sobre o quinhão de cada herdeiro	R\$	8.969,21	35	
6.26.2	Com litígio: 10% sobre o monte-mor ou sobre o quinhão de cada herdeiro	R\$	8.969,21	35	
6.26.3	Sobrepartilha: aplicam-se os mesmos índices do inventário ou arrolamento				
6.27	Inventário Negativo	R\$	6.406,58	25	
Inventário, Arrolamento e Sobrepartilha Extrajudicial					
6.28	6% sobre o monte-mor ou 6% sobre o quinhão de cada herdeiro	R\$	6.406,58	25	
6.29	Reserva de bens	R\$	6.406,58	25	10%
6.30	Remoção de Inventariante	R\$	15.375,80	60	
6.31	Ação de colação	R\$	8.969,21	35	10%
6.32	Ação de doação inoficiosa - 10% sobre os bens excedentes	R\$	8.969,21	35	10%
6.33	Ação de sonegados	R\$	15.375,80	60	20%
6.34	Ação de nulidade de testamento	R\$	17.938,43	70	
6.35	Ação anulatória de testamento	R\$	17.938,43	70	
6.36	Ação de nulidade de partilha	R\$	17.938,43	70	
6.37	Ação de habilitação de herdeiros (sobre o valor habilitado)	R\$	6.406,58	25	10%
6.38	Ação de habilitação de crédito (sobre o valor habilitado)	R\$	6.406,58	25	10%
6.39	Ação declaratória de indignidade (sobre o valor do quinhão do excluído)	R\$	12.044,37	47	20%
6.40	Ação declaratória de deserdação (sobre o quinhão do deserddado)	R\$	12.044,37	47	20%
6.41	Retificação de partilha	R\$	6.406,58	25	
6.42	Abertura de testamento	R\$	8.969,21	35	

TABELA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS



VALOR URH:	R\$ 256,26	JANEIRO/2025
------------	------------	--------------

	INDICATIVO	VALORES	URH	PERCENTUAL
6.43	Ação declaratória de deserdação (sobre o quinhão do deserdado)	R\$ 12.044,37	47	20%
6.44	Retificação de partilha	R\$ 6.406,58	25	
6.45	Abertura de testamento	R\$ 8.969,21	35	

7. ATIVIDADES EM MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA

7.1 Advocacia Previdenciária para o(a) Segurado(a), Dependente e Assistido(a)

Fase Consultiva

7.1.1	Consulta Verbal	R\$ 512,53	2	
7.1.2	Consulta Escrita	R\$ 1.537,58	6	
7.1.3	Consultoria Previdenciária (Análise de documentos, Tempo Especial e Parecer)	R\$ 5.125,27	20	
7.1.4	Cálculo e Planejamento Previdenciário (Projeção de Contribuições, Tempo, Idade, Simulações, etc.)	R\$ 7.175,37	28	

Fase Administrativa

7.1.5	Requerimento de concessão, revisão e/ou restabelecimento de benefícios previdenciários em geral (aposentadorias, auxílios, pensões, salário maternidade, seguro desemprego, etc.)	20% a 30% de 13 parcelas vincendas		20% a 30% do proveito econômico
7.1.6	Requerimento de concessão, revisão e/ou restabelecimento de benefícios assistências em geral (amparo social ao deficiente, amparo social ao idoso, bolsa família, etc.)	20% a 30% de 12 parcelas vincendas		20% a 30% do proveito econômico
7.1.7	Solicitação e expedição de Certidão de Tempo de Contribuição	R\$ 3.587,69	14	
7.1.8	Justificação administrativa, além do valor bruto do benefício	R\$ 2.562,63	10	
7.1.9	Retificação e atualização do Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS	R\$ 2.562,63	10	
7.1.10	Regularização de recolhimento previdenciário	R\$ 2.562,63	10	
7.1.11	Atuação somente a partir da fase recursal	R\$ 2.562,63	10	20% a 30% do proveito econômico
7.1.12	Procedimento visando à restituição de valores indevidamente cobrados e/ou declaração de inexigibilidade dos valores cobrados pelo gestor do regime previdenciário, inclusive no caso de benefício de prestação continuada da LOAS, bem como repetição de indébito.	R\$ 2.562,63	10	20% a 30% do valor da economia que obtiver
7.1.13	Sustentação oral perante órgãos recursais administrativos	R\$ 1.537,58	6	
7.1.14	Realização de defesa administrativa para evitar a suspensão do benefício previdenciário ou assistencial	R\$ 2.562,63	10	20% a 30% do valor da economia que obtiver
7.1.15	Cálculos administrativos de elaboração, impugnação e/ou conferência de valores, atrasados, juros, correção monetária, etc.	R\$ 512,53	2	2% a 3% sobre o proveito econômico

Fase Judicial

7.1.16	Ação de concessão, revisão e/ou restabelecimento de benefícios previdenciários em geral (aposentadorias, auxílios, pensões, salário maternidade, seguro desemprego, etc.)	20% a 30% de 13 parcelas vincendas		20% a 30% do proveito econômico
7.1.17	Ação de concessão, revisão e/ou restabelecimento de benefícios assistências em geral (amparo social ao deficiente, amparo social ao idoso, bolsa família, etc.)	20% a 30% de 13 parcelas vincendas		20% a 30% do proveito econômico
7.1.18	Ação para requerer expedição de Certidão de Tempo de Contribuição	R\$ 5.125,27	20	

TABELA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS



VALOR URH:	R\$ 256,26	JANEIRO/2025
------------	------------	--------------

INDICATIVO		VALORES		URH	PERCENTUAL
7.1.19	Ação de reconhecimento de tempo de serviço/contribuição	R\$	5.125,27	20	
7.1.20	Ação ou contestação visando à manutenção de benefício previdenciário	R\$	5.125,27	20	20% a 30% do valor da economia que obtiver
7.1.21	Ação visando à restituição de valores indevidamente cobrados e/ou declaração de inexigibilidade dos valores cobrados pelo gestor do regime previdenciário, inclusive no caso de benefício de prestação continuada da LOAS, bem como repetição de indébito.	R\$	5.125,27	20	20% a 30% do valor da economia que obtiver
7.1.22	Mandado de injunção e habeas data individual	R\$	5.125,27	20	
7.1.23	Mandado de segurança individual	R\$	5.125,27	20	
7.1.24	Ação rescisória	R\$	5.125,27	20	
7.1.25	Sustentação oral	R\$	1.793,84	7	
7.1.26	Atuação somente a partir da fase recursal	R\$	5.125,27	20	20% a 30% do proveito econômico
7.1.27	Ações coletivas	R\$	5.125,27	20	20% a 30% do proveito econômico
7.1.28	Cálculos judiciais previdenciários de elaboração, impugnação e/ou conferência de valores, inclusive do valor da causa, atrasados, juros, correção monetária, etc.	R\$	512,53	2	2% a 3% sobre o proveito econômico
7.2	Advocacia Consultiva Previdenciária para sindicalizados/associados de entidades sindicais, associações, fundações, organizações não governamentais, gestores de regimes previdenciários e outras pessoas jurídicas, exceto empresas.				
7.2.1	Consultoria mensal sem vínculo empregatício (por hora trabalhada)	R\$	256,26	1	
7.2.2	Consultas e atendimentos verbais aos sindicalizados/associados de entidades sindicais, associações, fundações, organizações não governamentais, gestores de regimes previdenciários e outras pessoas jurídicas, será cobrado o valor mínimo da URH por cada hora técnica disponibilizada pelo advogado à entidade em questão, seja em consultas verbais presenciais ou à distância.	R\$	256,26	1	
7.2.3	Excetuada a consulta verbal, havendo interesse dos filiados ou associados em contratar o advogado para prestar-lhe algum dos serviços listados no item 7.1 desta tabela de honorários advocatícios, serão observados os parâmetros mínimos fixados para cada serviço específico, cujos valores poderão ser pagos tanto pela entidade, quanto pela pessoa física assistida.	R\$	5.125,27	20	20% a 30% do proveito econômico
7.2.4	Para entidades sindicais, associações, fundações, organizações não governamentais, gestores de regimes previdenciários e outras pessoas jurídicas, exceto empresas, com até 100 (cem) sindicalizados/associados.	R\$	5.125,27	20	
7.2.5	Para entidades sindicais, associações, fundações, organizações não governamentais, gestores de regimes previdenciários e outras pessoas jurídicas, exceto empresas, com 101 (cento e um) e 300 (trezentos) sindicalizados/associados.	R\$	7.687,90	30	